

## APRESENTAÇÃO

Na presente edição, a Revista Faz Ciência dá continuidade à apresentação, ao público leitor, de artigos elaborados com a ideia de lhes oferecer dossiês temáticos voltados a grandes áreas do conhecimento.

Ao assumirmos a empreitada de organizar o presente dossiê, preocupamo-nos em ponderar sobre o significado desse termo. Conforme Sérgio Rodrigues o definiu no artigo intitulado “Dossiê” (Veja, 11.04.2008 – In: <http://veja.abril.com.br/blog/todoprosa/a-palavra-e/dossie/>, acesso em 05.09.2013), sua acepção se liga à noção de “pasta de documentos” ou “conjunto de documentos sobre determinado assunto ou pasta em que eles são agrupados”.

Assim, o dossiê temático ora apresentado é um arquivo que agrupa artigos referentes a um tema em comum.

Em nosso caso específico, apresentaremos, nesta edição, artigos que agrupam um dossiê de Geografia. Nele, generosamente, autores atenderam o nosso pedido, a convite, para oferecerem suas contribuições, a partir de seus interesses de pesquisa, a fim de trazerem à luz o debate tocante a determinados temas geográficos por eles pesquisados.

Quanto aos temas abordados, não apresentam um único objeto de análise. Antes, oferecem uma diversidade temática, a qual, aliás, caracteriza em geral os estudos de geografia efetivados no âmbito das pesquisas espalhadas pelo país. Todavia, observamos que um dos eixos que os textos apresentam em comum diz de identificar alguns dos desafios teóricos postos à ciência geográfica face às metamorfoses espaciais ocorridas no território brasileiro (ou em porções específicas dele) em períodos recentes.

No que tange aos principais conceitos trabalhados pelos autores, está sobretudo o de território, evidenciando que a denominada “abordagem territorial” se destaca como elemento assaz importante nos estudos da ciência geográfica, no período recente. Todavia, a par da questão territorial, também conceitos como os de paisagem e fronteira, todos também fundamentais no escopo dos estudos de geografia, são propostos ao leitor a partir de perspectivas específicas de leitura dos assuntos escolhidos.

Quanto às temáticas abordadas, propriamente ditas, vale ressaltar que perpassam questões tanto clássicas da geografia quanto outras recentemente postas em evidência: rumos (geo)políticos do labor geográfico na análise do espaço brasileiro face à sua inserção na economia mundial; reestruturação dos circuitos espaciais articulando território e acumulação de capital na indústria; cidades médias, indústria, redefinições na divisão territorial do trabalho e fluxos migratórios; territórios transfronteiriços: fluxos migratórios e reelaboração de identidades territoriais; os distintos agentes/processos que participam, em períodos diferentes, da produção da paisagem urbana; “territórios de memória” como trabalho simbólico das memórias coletivas para garantir o controle/apropriação do território.

Enfim, se quisermos definir as questões postas nos artigos, pelos autores, segundo um prisma um pouco mais analítico, nosso dossiê geográfico assim se apresenta:

No primeiro artigo, **Eguimar Felício Chaveiro** objetiva debater **Os desafios teóricos da geografia brasileira: rumos e desdobramentos**. Problematizando a visão geográfica fragmentadora e instrumental à lógica do capital/mercado, propõe que o labor geográfico se guie por um olhar analítico abrangente e (geo)politicamente crítico no que respeita às novas dinâmicas espaciais produzidas com a inserção brasileira na economia mundial. Evidencia que, à “horizontalização” dos cursos de geografia, contraditoriamente, se antepõe uma continuada hegemonia da produção ainda localizada na porção centro-sul (sobretudo nos grandes centros) do país. Em tal cenário viceja um “enorme conjunto de paradigmas e referências” voltados à fecunda interpretação dos sentidos históricos, sociais, políticos, ambientais, os quais portam conflitos, mas também possibilidades de realização/transformação. E pondera que, no período recente, a “abordagem territorial” tem contribuído para a construção de um pensamento crítico sobre os processos e atores presentes na ocupação do território, sendo importante base analítica para problemáticas como as pertinentes ao cerrado brasileiro.

Na sequência, **Edilson Pereira Júnior** apresenta o estudo: **Território e expansão da produção industrial calçadista no ceará**. Aborda a relação entre território e acumulação capitalista industrial. Para o

autor, o aprofundamento na interpretação do território também é aspecto fundamental para a compreensão da atuação do capital e dos respectivos desdobramentos na reestruturação dos circuitos espaciais de produção ocorridas recentemente no território brasileiro. Propõe-se a analisar a territorialização do setor industrial calçadista no estado do Ceará, espaço emblemático quanto à realocização espacial voltada à acumulação ampliada de capital na indústria em questão. Evidencia que o estado assumiu posição nacional de “novo território da produção calçadista”, tornando-se importante “plataforma de exportação”, no setor. Face à nova inserção produtiva envolvendo empresas (redes econômicas) e Estado, emergiram rearranjos tecnológicos, infraestruturais, institucionais indutores de uma racionalidade produtiva de lucratividade do capital com superexploração do trabalho (salários, jornadas etc.).

O terceiro artigo, subscrito por **Denise Cristina Bomtempo**, tem o título: **Migração, indústria e cidade média**. A partir do recorte empírico concernente à cidade de Marília-SP, debate as dinâmicas territoriais da atual urbanização brasileira, particularmente no que tange aos processos migratórios ligados às dinâmicas econômicas industriais efetivadas nas cidades médias. Para a autora, a expansão atual das cidades médias representa a emergência de novos processos territoriais que apontam para a complexificação nos papéis por elas exercidos na divisão territorial do trabalho. Infere que são elas lugares importantes das novas dinâmicas/redes tecnológicas, de transporte, industriais, de serviços e especialmente como centros receptores de movimentos migratórios, os quais devem ser vistos à luz das múltiplas relações (totalidade) em que as cidades médias se inserem. Considerar aspectos inter e multiescalares, as articulações dos diversos agentes/processos envolvidos nas dinâmicas e fluxos da urbanização brasileira e da expansão das cidades médias, a exemplo de Marília, é ponto fundamental nos estudos geográficos atuais.

No artigo subsequente, **Ser paraguaio no Mato Grosso do Sul: da migração à construção de uma identidade transfronteiriça** o autor **Marcos Leandro Mondardo** mira seu foco na reflexão acerca das identidades transfronteiriças, ancorando sua discussão no estudo empírico do município de Dourados-MS. Como pontos centrais de seu trabalho,

problematiza os conflitos e processos de reelaboração de identidades territoriais, evidenciando a questão das hibridizações e ambiguidades identitárias, sobretudo em espaços de fronteira, onde as conflitualidades (dadas as diferenças e disjunturas) são elementos fundamentais da construção de novas territorialidades. Mondardo assevera a necessidade de um olhar geográfico atento aos processos migratórios (às trajetórias migrantes), já que são portadores de questões simbólicas e culturais que condicionam aspectos econômicos e políticos dos territórios em que ocorrem. Dentre outras facetas, os processos migratórios são, a um só tempo, resultantes e condicionantes de fortes processos (geo)políticos e econômicos que concorrem para dinâmicas de (des)territorializações/exclusões e formação de novas identidades.

Em seguida, **Gilnei Machado** disserta sobre as **Implicações paisagísticas do processo de evolução urbana de Francisco Beltrão/PR**. Analisa os distintos períodos de ocupação histórica pertinente à evolução urbana de Francisco Beltrão-PR, a partir das marcas/edificações incrustadas na paisagem, legadas pelos agentes territoriais. Para o autor, o processo de ocupação da cidade perfaz quatro períodos distintos: 1) começa nos primórdios do desbravamento das terras/matas; 2) abrange os primeiros investimentos públicos e privados; 3) contempla a intensificação da migração campo-cidade e o crescimento horizontal e vertical da cidade e, por último 4) o atual período, marcado pelo fortalecimento dos setores industrial e de serviços, com intensa expansão de loteamentos urbanos. Objetiva evidenciar que, em cada uma das diferentes fases, distintos processos, sobretudo econômicos e políticos foram configurados mediante a participação de toda uma gama de agentes, entidades e interesses públicos e privados os quais contribuíram para a apropriação e transformação efetivada do território, cujas marcas estão manifestas nas diferentes formas expressas na paisagem urbana.

**Luiz Carlos Flávio**, no artigo **A geografia e os 'territórios de memória' (as representações de memória do território)**, Considera a produção territorial fruto de dinâmicas materiais e também simbólicas ligadas à memória, que contempla representações elaboradas acerca da produção/apropriação do espaço no passado e que embasam as produções

atuais do território. As memórias coletivas produzidas, “inventadas” são trabalho social. Logo, a História pode se tornar representação apropriada pelos grupos hegemônicos, cujos imaginários elaborados ocultam produções/apropriações que serviram/servem (do passado ao presente) aos interesses de grupos sociais dominantes. A História pode ser a “história dos vencedores”, mas que se passa como “História de todos”. Propõe escavar os “territórios de memória”: problematizar o banimento das memórias/histórias de grupos marginalizados/excluídos do acervo de representações da História e do território; perscrutar mecanismos de dominação social envolvendo controles territoriais pelos grupos sociais dominantes a partir do domínio da memória socialmente produzida.

Feitas as devidas apresentações dos artigos que compõem o dossiê, passamos a apresentar os demais textos recebidos na forma de demanda contínua, os quais foram selecionados para este volume, por terem uma relação mais direta com a temática aqui proposta.

No artigo **O casamento entre o ensino religioso e as teses pós-modernas**, os autores **José Luis Derisso e Newton Duarte** analisam as relações entre o pensamento pós-moderno e a defesa do ensino religioso na escola pública. Segundo os autores, o estudo do ensino religioso na escola pública evidencia a hegemonia do pensamento pós-moderno, no âmbito das ciências humanas. O estudo pretende contribuir para o debate jurídico acerca da laicidade, e, sobretudo, para o debate acerca das influências das religiões nas teorias pedagógicas no âmbito dos fundamentos da educação.

**Adriana do Val Alves Taveira e Cristiane Regina Alves de Oliveira**, no texto **Controle da administração pública: a efetividade dos direitos fundamentais** objetivam compreender a abrangência e as formas de controles existentes no sistema nacional que incidem sobre as atividades, atos administrativos e decisões governamentais da Administração Pública, em especial, das políticas públicas voltadas à implementação dos direitos sociais. A partir de análises bibliográficas, legislativas e jurisprudenciais procuram colaborar para a concretização das propostas Constitucionais visando um controle mais efetivo da Administração Pública.

Fechamos este número com o texto **Distribuição de renda**,

**trabalho e transferências de renda nas regiões Sul e Norte do Brasil**, cujos autores são: **Heitor Maziero dos Santos, Solange de Cássia Inforzato de Souza e Carlos Roberto Ferreira**. No artigo os autores analisam os impactos das políticas sociais de distribuição de renda nas regiões Sul e Norte do Brasil, com base nos dados extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), nas décadas de 1990 e 2000. A metodologia usada para interpretar os dados foi a de decomposição do índice de Gini, pela qual separa-se a influência das diferentes fontes de renda sobre a desigualdade.

Esperamos que o esforço dos autores no movimento de pensar (e compartilhar trabalho e pensamento) sobre a realidade brasileira, em suas distintas matizes e posturas teórico-conceituais, sejam para os leitores fontes profícuos de conhecimentos. E que este se reverbere, sobretudo como fonte relevante de disseminação e extensão cada vez mais qualificada de um debate acerca da produção espacial/social brasileira em suas vertentes tanto material quanto simbólica.

Enfim, asseveramos que o debate de ideias/concepções e a partilha do conhecimento, devem ser constantes, incansáveis, perseverantes. Pois, como sabemos, tal qual como a própria realidade socioespacial, o conhecimento se tece sempre como algo inacabado e a ser incansavelmente refeito, (re)descoberto, já que novos olhares podem descobrir o *novo* que, eventualmente, habita até mesmo nos velhos objetos e/ou caminhos já previamente abordados e conhecidos.

Luiz Carlos Flávio  
Professor do curso de Geografia da Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná.

André Paulo Castanha  
Editor Científico da Revista Faz Ciência